

**RESENHA – REVIEW – RESEÑA****UM ROSTO PELA METADE: PROCESSOS DE INGRESSO E PERMANÊNCIA DE MULHERES NA POLÍCIA CIVIL DO CEARÁ****HALF A FACE: PROCESSES OF ENTRANCE AND PERMANENCE OF WOMEN IN THE CIVIL POLICE IN CEARÁ****UN ROSTRO POR LA MITAD: PROCESOS DE INGRESO Y PERMANENCIA DE LAS MUJERES EN LA POLICÍA CIVIL DE CEARÁ**Por: **Marcos Santana de Souza**Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor assistente nível I da Universidade Federal de Sergipe, mestre em Sociologia (UFS). E-mail: [mss-santana@hotmail.com](mailto:mss-santana@hotmail.com)BRASIL, Glauécia Mota (org.). **A Face feminina da Polícia Civil**: gênero, hierarquia e poder. Fortaleza: EdUECE, 2008, 172p. il.

No último decênio, os estudos sobre as mudanças trazidas pelo ingresso e atuação das mulheres nas polícias, sobretudo civis e militares, passaram a suscitar a atenção de pesquisadores das ciências humanas e sociais. Reunidas, as discussões que envolvem as relações de gênero e instituições policiais compõem, portanto, um campo de interesse no qual a produção acadêmica na área se encontra em processo inicial de desenvolvimento, expresso a partir de um número ainda bastante reduzido de trabalhos.

Vertente surgida a partir dos estudos sobre segurança pública, cuja produção acadêmica se desenvolve em certa medida no Brasil desde os anos 1970, as pesquisas nessa área vêm, nos últimos anos, apresentando elementos importantes para pensar temas como gênero e trabalho e, de forma ampla, a dinâmica que envolve polícia e democracia. Possibilidades, sobretudo, para refletir sobre as estruturas, os processos de organização, bem como as práticas forjadas no interior dessas organizações, vistas durante muito tempo a partir de uma homogeneidade anuladora, onde a “cultura policial”

hegemonicamente masculina foi capaz de escamotear diferenças como as de cor, raça, econômicas e, sobretudo, de gênero.

Nesse processo, o livro **“A face feminina da polícia civil: gênero, hierarquia e poder”**, organizado pela pesquisadora Glaucíria Mota Brasil e lançado pela editora da Universidade Estadual do Ceará em 2008, é uma das contribuições recentes a esse debate. A obra é uma contribuição importante para ampliar a literatura sobre a temática, ao tempo em que permite a compreensão das estruturas que compõem o cenário da segurança pública no terceiro estado mais populoso do nordeste brasileiro. Do mesmo modo, o livro se destaca pelo caráter oportuno dos aspectos tratados ao longo dos artigos, que podem vir a provocar a emergência de respostas inovadoras para questões mais amplas, a exemplo das relações entre trabalho, gênero, família, Estado e cultura no Brasil.

Segundo a organizadora, que é doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo e professora da Universidade Estadual do Ceará, os trabalhos têm por objetivo compreender a dinâmica de incorporação das mulheres na Polícia Civil cearense, de modo a evidenciar as contradições e resistências operadas nesse processo nas últimas décadas. Composto por quatro artigos, o livro reúne textos de diferentes pesquisadores, concentrando sua atenção na caracterização do efetivo feminino, na análise das implicações que a incorporação das mulheres trouxe para a instituição, assim como para as representações dessas mulheres sobre as políticas de segurança pública e sobre a carreira policial.

O primeiro texto, de autoria dos sociólogos Tereza Cristina E. Bezerra e Emanuel Bruno Lopes, apresenta um perfil da policial civil feminina a partir de dados quantitativos sobre o nível cultural, a formação, idade, renda familiar, estado civil, cor, origem social e cargo de comando ocupado por essas mulheres na instituição.

Os dados apresentados pelos autores apontam a existência de diferentes perfis segundo os cargos ocupados na Polícia Civil. De modo geral, sobressaem as desigualdades sócio-econômicas expressas na ocupação dos cargos que reproduzem as desigualdades de acesso à educação no país e a realidade de grande parte das policiais civis cearenses, que, conforme descem na hierarquia, maiores são as dificuldades vivenciadas como menor renda e acúmulo de atribuições.

No texto seguinte, “A construção do espaço social das mulheres nas instituições policiais”, Rosemary de Oliveira Almeida e Luiz Fábio Silva Paiva discorrem sobre as contradições associadas ao ingresso feminino na Polícia Civil do Ceará. Segundo os autores, mesmo após ações voltadas à “modernização” do órgão e ao fato das polícias terem “agregado valores democráticos” de forma paralela à inserção feminina, manteve-se na instituição um imaginário policial sustentado num *ethos* masculino. Uma realidade que, segundo os autores, aponta por sua vez para descontinuidades estruturais no interior da Polícia Civil enquanto instituição até pouco tempo exclusivamente masculina.

Já o terceiro artigo, da socióloga Maria Zelma Madeira, analisa as implicações da associação entre preconceito de raça e de gênero, tendo como referência empírica a Polícia Civil; são dados que confirmam a permanência de desigualdades sociais e econômicas com base em critérios étnico-raciais, onde as mulheres negras são as maiores vítimas.

O texto destaca a necessidade de discutir entre os gestores de segurança pública o lugar diminuto ocupado pelas poucas mulheres negras na instituição. Além disso, a autora destaca que a análise da estrutura da polícia civil quando relacionada à perspectiva racial deveria levar esses gestores a uma política de “valorização das singularidades dessas mulheres policiais negras nos seus modos e forças de serem plurais...” (p. 119). Contudo, chama a atenção a ausência no artigo do testemunho dessas mulheres na corporação, as narrativas sobre suas vidas e as especificidades de sua trajetória, a fim de esclarecer os sentidos e limites dessa inserção. Caberia, sobretudo, à autora esclarecer em que efetivamente consistiria a aplicação de políticas afirmativas de inserção nesse setor e a natureza dessas “singularidades”.

No último texto, “Os limites e avanços da inserção das mulheres na Polícia Civil”, os pesquisadores Glaucíria Mota Brasil e Emanuel Bruno Lopes, partem de questões referentes às formas de inserção das mulheres na Polícia Civil, cargos ocupados, percepções sobre as políticas de segurança e sobre a instituição policial onde atuam.

Os autores ressaltam que essa inserção aposta na reprodução da tradicional divisão sexual do trabalho e ao mesmo tempo do imaginário presente no meio policial que delega às mulheres a tarefa de atendimento ao público e de mediação e resolução conflitos. Atividades bastante desvalorizadas no meio policial, contexto onde a

“verdadeira” função policial é definida a partir das práticas direcionadas ao “combate” direto ao crime, que se desenvolveria quase que exclusivamente no espaço das ruas.

Do conjunto dos textos, depreende-se que as mulheres policiais passam por problemas bastante comuns a outras mulheres, como a dupla ou tripla jornada de trabalho, as dificuldades de acesso a cargos de comando na instituição e, portanto, a remunerações mais baixas que a dos homens. Do mesmo modo, as diferenças que caracterizam a atuação das mulheres na Polícia Civil do Ceará e que tendem a defini-las como “naturalmente” mais sensíveis, cautelosas, honestas, entre outros, ao invés de ser oportunidade para justificar a implementação de mudanças nas práticas policiais, nas estruturas desse órgão e no aumento do número de mulheres policiais, encontram como resposta o isolamento do público feminino em tarefas administrativas e em setores que lhes conferem menor poder de decisão.

No que se refere aos aspectos controversos do livro, percebe-se que frente às recorrentes comparações feitas em alguns textos entre a Polícia Civil com a Polícia Militar, pode-se ter uma reação de estranhamento, visto que tanto do ponto de vista organizacional quanto de composição do efetivo segundo gênero, as instituições, embora atuem no universo da segurança pública, possuem realidades e atribuições bastante distintas. Especificidades que não ficam tão claras na abordagem da obra, embora no primeiro artigo os autores salientem que esse aspecto torna mais “complexa” a inserção feminina na Polícia Civil quando comparada às polícias militares, onde existem limites legais ao ingresso de um maior efetivo feminino. Nesse campo, portanto, as polícias civis estão do ponto de vista formal numa situação supostamente mais avançada em comparação às polícias militares.

Outro aspecto importante são os dados apresentados ao longo dos textos e que carecem de uma análise mais acurada. No primeiro deles, por exemplo, os autores afirmam que praticamente um terço das mulheres policiais possui parentes na polícia, apontando esse fator para a influência da família como elemento decisivo para escolha da carreira policial. A polícia aparece assim como experiência vocacional que estaria no “sangue” das policiais civis, sendo um dado bastante revelador do incentivo nas famílias para o ingresso na polícia, constituindo, portanto, redes de sociabilidade importantes nesse campo e que expressam sentidos e caminhos que caracterizam as diferentes trajetórias feitas pelo público feminino na instituição.

Elementos que apontam tanto para mudanças substanciais na carreira policial quanto para a permanência de velhos entraves, visto que se novos arranjos foram operacionalizados nos órgãos policiais, de modo que as mulheres internamente passaram a requisitar uma nova divisão das funções e a sua presença nas atividades operacionais de rua, atualmente ainda persiste uma divisão calcada nas diferenças que definem o que é ser homem e o que é ser mulher. Uma divisão que coloca as mulheres geralmente em atividades de caráter interno e com pouco poder de decisão no órgão e na construção das políticas mais amplas da segurança pública, mas que recebe o incentivo de um percentual expressivo das mulheres policiais. Ou seja, por razões diversas e não claras, as mulheres endossam desigualdades que as impedem de avançar mais na instituição.

Assim, o livro expressa aspectos bastante interessantes do universo da Polícia Civil cearense, ainda que de modo geral se visualize no conjunto dos textos apenas um rosto feminino pela metade, completado pelo distintivo da Polícia Civil, conforme imagem constante na capa. Aspecto revelador de uma escolha metodológica que apostou, praticamente, de forma exclusiva nas lentes das mulheres policiais para compreender a sua inserção nos quadros policiais. Algo que poderia ter sido contornado a partir da perspectiva relacional de gênero, possível através do relato dos policiais masculinos e femininos e dos processos de resistência que, embora citados pelos autores, não são bem esclarecidos na obra, a despeito da referência ao uso de técnicas qualitativas, como a observação direta e o registro de fatos em diários de campo.

Optar pelo estudo da inserção feminina a partir de referências vistas apenas pelas lentes das próprias policiais permitiu ver a metade do rosto da instituição e assim entender de forma fragmentária os processos internos que conferem razão às práticas desses agentes e uma inclusão subalternizada. Do mesmo modo, impossibilita entender de modo mais claro o sentido relacional da identidade policial, elemento cujos contornos se redesenham constantemente no interior de uma instituição que se constituiu ao longo da história como um espaço predominantemente masculino.

No entanto, o livro, apesar das limitações de ordem teórica e metodológica citadas, é uma boa referência que surge para o crescimento de estudos na área. A obra possui o mérito maior de estimular a reflexão sobre as relações de gênero na polícia civil cearense a partir de dados empíricos que mantêm forte conexão com dados produzidos por outras pesquisas realizadas nas regiões sul e sudeste do país.

Dessa forma, marcado por escrita acessível e bastante clara, o livro é indicado para estudantes e pesquisadores das ciências sociais, história, direito, operadores e gestores do sistema de segurança pública e magistrados interessados na compreensão da Polícia Civil e das amarras presentes na segurança pública brasileira. Pode-se afirmar que é uma oportunidade singular que se abre para refletir sobre as potencialidades que uma assimilação mais plena de mulheres pode implicar para os destinos dos departamentos e unidades policiais, assim como dos projetos em torno de uma segurança mais efetiva da população.

Resenha:

Recebido em: 27/05/2010

Aceito em: 30/06/2010